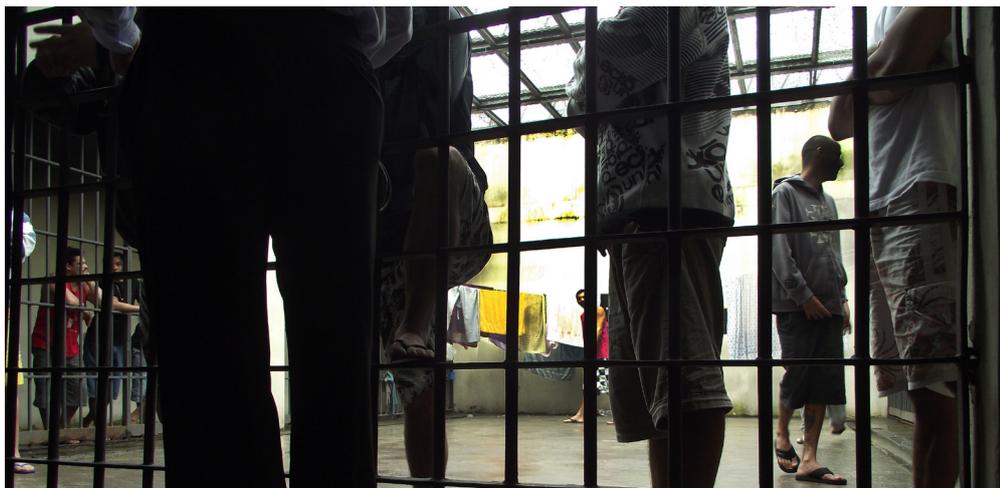


3 de agosto de 2016

Edição 187

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO TJ EDITA PROVIMENTO SOBRE INTERDIÇÕES EM PRESÍDIOS

A Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) editou o Provimento n. 10/2016, que trata de recente e importante alteração em três artigos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, os quais versam sobre interdição de estabelecimentos prisionais. O ato normativo trata de dois aspectos das interdições. O primeiro é seu caráter jurisdicional, e o segundo evidencia a necessidade de observação do procedimento previsto no Código de Normas. O juiz da execução penal é a autoridade competente para assinar a portaria - instrumento norteador do início da interdição - que, aliás, só acontecerá por decisão do Judiciário. O estudo que antecedeu o provimento chama atenção para o fato de que a matéria é de competência da União, reiterando a independência funcional do magistrado de cada comarca nos assuntos sobre o respectivo presídio. Ou seja, não existe controle hierárquico das interdições no âmbito do Poder Judiciário, já que o caráter é jurisdicional e o Código



de Normas da Corregedoria é de viés administrativo. Recentemente, foi criado no âmbito do Tribunal de Justiça o Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF). Se o juiz desejar, poderá fazer consulta ao Grupo, encarregado de acompanhar

e emitir pareceres nos procedimentos destinados a interditar unidades prisionais no Estado. Igualmente significativa é a reavaliação periódica semestral da decretação da limitação, já que a interdição é medida excepcional.

DESEMBARGADORES SÃO HOMENAGEADOS



Os desembargadores Marli Mosimann Vargas e Nelson Schaefer Martins despediram-se do Tribunal de Justiça com homenagens. Presidente do TJ entre 2014 e 2016, Nelson Schaefer Martins foi homenageado no dia 28/7, na abertura da sessão da 4ª Câmara de Direito Público, órgão que presidia antes de ingressar oficialmente na aposentadoria. O des. Ricardo Roesler, integrante do órgão colegiado, iniciou o ato enaltecendo a trajetória de Schaeffer e seus mais de 35 anos de magistratura. Também registrou saudações dos ministros Jorge Mussi (STJ) e Teori Zavascki (STF). O desembargador Jorge Henrique Schaefer Martins, irmão do des. Nelson, fez um discurso emocionado e, ao final, o homenageado recebeu placa que, segundo muitos, não marca um fim mas simboliza um recomeço.

Após 34 anos de magistratura, a desembargadora Marli Mosimann Vargas presidiu no dia 26/7 sua última sessão da 1ª Câmara Criminal. Foi homenageada pelos colegas do órgão e prestigiada por outros magistrados, advogados, procuradores, assessores e servidores. O presidente do TJ, des. Torres Marques, fez questão de comparecer ao ato e promoveu, ao final, a entrega de uma placa em homenagem à magistrada. Todos os integrantes da câmara – des. Carlos Alberto Civinski e Paulo Roberto Sartorato e juízes de 2º grau Luiz Cesar Schweitzer e Júlio César Machado Ferreira de Melo -, o procurador Lio Marcos Marin e o advogado Francisco Ferreira, pela OAB-SC, teceram elogios e enalteciram o trabalho e a carreira de Marli.





**4ª MOSTRA das
boas práticas
no Judiciário
Catarinense**

TRABALHOS SELECIONADOS PARA A 4ª MOSTRA DE BOAS PRÁTICAS DO PJSC

A Comissão Avaliadora da 4ª Mostra das Boas Práticas no Judiciário Catarinense, após reunião realizada no dia 25 de julho para validação de resultados, divulgou as seis práticas selecionadas que serão apresentadas em 7 de outubro deste ano no auditório do Pleno do TJ, por ocasião da programação comemorativa dos 125 anos de instalação do Tribunal de Justiça. A Assessoria de Planejamento (Asplan) contatará os membros das práticas selecionadas para

agendar a gravação do vídeo que será apresentado no dia do evento, antes da exposição das iniciativas. As práticas selecionadas, por ordem alfabética, são:

Prática: *Advertência qualificada* - Comarca de Itajaí
Equipe: Mauro Ferradin, conciliadores e integrantes da CPMA

Prática: *Conciliação e Mediação Virtual* - Comarca de Jaraguá do Sul
Equipe: Edenildo da Silva, Chrystiane Maria Uhlmann, Marlon Negri, assessoria, conciliadores e mediadores

Prática: *Conciliação nas Declaratórias de Paternidade - Lei n. 8.560/92* - Comarca de Lages
Equipe: Mara Margarete Medeiros, Rita de Cassia Lang, Ildete Aparecida Vieira, Lucilene Aparecida Moraes, Alexandre

Karazawa Takachima

Prática: *Digitalizar Já* - Comarca de Blumenau
Equipe: Hélio Lentz Puerta Neto, Adriana Ballerine, João Paulo Fistarol Campos, Patrícia Klemme de Souza, Silvana Mara Treiss, Amanda Scheafer, Jaime Dietrich, Rafael Dorneles, Vitor Miguel Curi Piva

Prática: *Modelo de gestão de processos cíveis digitais e físicos em gabinete de magistrado de 1º grau* - Comarca de Itajaí
Equipe: Fabrício Wloch, Marcos Clasen dos Santos e Aline de Prá

Prática: *Programa do Teletrabalho no PJSC* - Tribunal de Justiça
Equipe: Daniela Rodrigues Farias, Karen Neumann, Vanessa Zomer Fenilli, Xedes Ribeiro Freitas.



Comarca de Brusque lança projeto 'Estante Solidária - Doe um livro e ganhe outro'

A comarca de Brusque, em parceria com a Secretaria de Gestão Socioambiental do TJ e a Biblioteca Municipal de Brusque, lançará em breve o projeto "Estante Solidária - Doe um livro e ganhe outro". A dinâmica é bastante simples. Basta chegar ao hall do Fórum com um livro em bom estado de conservação; escolher um exemplar disposto na estante lá instalada; e promover a troca, seguida do registro, em local indicado, de seus dados e das obras cambiadas. No mais, como diz o material de divulgação do projeto, boa leitura!

O Estante Solidária atenderá inicialmente apenas o público interno, integrado por mais de 130 colaboradores entre magistrados, servidores, assessores, estagiários e terceirizados. Num segundo momento, após aferição dos primeiros meses de implantação, o projeto poderá ser estendido também para os frequentadores habituais daquela unidade jurisdicional - o acesso destes, aliás, já será permitido desde o início, ainda que restrita a leitura enquanto permanecerem no ambiente forense.

Wikilex está disponível para colaboradores agregarem conhecimento sobre o novo CPC

A Academia Judicial, através dos juízes Marcelo Carlin, diretor de Pesquisa e Aprimoramento Institucional e coordenador-geral do programa Novo CPC, e Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, coordenador das postagens do Novo Código de Processo Civil (NCPC) Anotado, convidam magistrados e servidores a acessar a nova ferramenta Wikilex, desenvolvida pelo Tribunal de Justiça para a construção colaborativa do conhecimento, e cujo primeiro conteúdo trata do NCPC anotado.

A consulta ao NCPC, informam, é pública. Além disso, todos os colaboradores



do Poder Judiciário podem inserir, em cada dispositivo legal, suas contribuições nos campos "legislação correlata", "súmulas", "jurisprudência", "comentários" e "modelos".

Para:

- consultar o NCPC, clique [aqui](#).

- dar a sua contribuição, clique [aqui](#).